



ATA DA 25ª SESSÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDEB

Aos cinco dias do mês de novembro de dois mil e nove, o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB procedeu a sua 25ª reunião, com a presença das Prof.^{as} Luiza Dantas Vaz e Lucia Maria Carvalho de Sá (Representantes da Secretaria Municipal de Educação), da Prof.^a Sonia Maria Varela de Souza (Representante dos Diretores das Escolas da Rede Pública do Sistema Municipal de Ensino), do Prof.^o Maurício Mendes Pinto (Representante dos Professores da Educação Básica da Rede Pública do Sistema Municipal de Ensino), Sr.^{as} Rogelian da Silva Domingos, Maria Hermínia Soares e Eliane Dibo do Nascimento (Representantes dos Servidores Técnico-Administrativos das Escolas da Rede Pública do Sistema Municipal de Ensino), Sr.^{os} Jean Pierre Fivria e Luciane Fernanda da Silva (Representantes dos Pais de Alunos da Educação Básica da Rede Pública do Sistema Municipal de Ensino), Sr.^{os} Igor Emanuel Flores da Silva, Antônio Carlos Pereira da Silva e Diana da Silva Correa (Representantes dos Estudantes da Educação Básica da Rede Pública do Sistema Municipal de Ensino), Prof.^a Mariza Lomba Pinguelli Rosa e Prof.^o Marcelo Pereira (Representantes do Conselho Municipal de Educação da Cidade do Rio de Janeiro) além do Sr.^o Geraldo Mattos (Assessor Técnico de Planejamento e Orçamento na Secretaria Municipal de Educação). Iniciou-se a reunião com a apresentação e posse dos novos conselheiros, onde Prof.^a Luiza, representando o Sr.^o Paulo Figueiredo, Subsecretário de Gestão, enfatizou que o envolvimento e participação de todos nas atividades do Conselho que ora inicia seus trabalhos é imprescindível para uma boa atuação do colegiado, reforçando, ainda, a importância da presença de todos na reunião que acontecerá na próxima segunda-feira às 14hs com a Promotoria Pública da Educação, por convocação feita pela própria Promotoria diretamente a cada conselheiro. A seguir fez-se a leitura da 24ª Ata que, submetida à votação, foi aprovada pelos presentes. Prosseguindo Prof.^a Luiza apresentou o Sr. Geraldo (Assessor de Orçamento e Planejamento) para falar sobre Orçamento Municipal, mais especificamente sobre o FUNDEB. Com a palavra, Sr. Geraldo fez uma explanação sobre a grandeza da Educação na Cidade do Rio de Janeiro que é considerada a maior rede da América Latina e conseqüentemente, de todas as ações que a envolvem. Nada na estrutura educacional, do ponto de vista orçamentário, deste município é acanhado. Continua sua fala explicando a composição orçamentária do município cujos recursos são oriundos de impostos municipais (IPTU, ISS, ITBI), e de toda arrecadação decorrente da participação

constitucional em impostos e transferências estaduais e federais que compõem o FUNDEB. Toma por exemplo, o FUNDEB que, em si, retém 20% (vinte por cento) de todos os impostos estaduais (IPVA, ITDCM, ICMS, etc) que depois são redistribuídos aos municípios tendo como critério para este fim o Censo Escolar. Aproveitou-se para reforçar a importância da conscientização por parte de todos de que, os impostos que o compõem, são oriundos também de impostos embutidos em nossas atividades diárias, desde a compra de um refrigerante até a prestação de serviços com concessionárias (CEDAE, LIGHT, CEG, etc). Prof.º Marcelo relata que as escolas têm esta preocupação, de não apenas conscientizar os alunos mas, também, de torná-los cidadãos críticos, o que segundo ele, não é tão simples e elucida sua fala tomando como exemplo os livros didáticos reutilizáveis que muitas vezes são usados de forma inadequada pelos alunos, tornando-os imprestáveis para um segundo uso. Isto, para ele é dinheiro jogado fora e os alunos não têm essa visão. Prof.ª Luiza diz que é imprescindível que esta ação seja permanente para que se alcance uma real conscientização, por parte de nosso alunado, resultando em práticas sociais eficazes. Sr.º Geraldo retoma sua fala informando que a previsão de receita do FUNDEB para este ano é superior a R\$1.000.000.000,00. Prof.ª Sonia questiona se a aplicação destes recursos chegará aos 25% previstos na Constituição, pois alguns jornais informam que não conseguiremos alcançar este índice. Sr.º Geraldo responde que na Constituição Federal há um dispositivo que determina um gasto de 25% (vinte e cinco por cento) da receita de impostos e transferências na manutenção e desenvolvimento do ensino e que isto é cumprido por este município. Informou, ainda, que o Orçamento Municipal é aprovado pela Câmara Municipal e todas as prestações de contas municipais são encaminhadas para análise e aprovação do Tribunal de Contas do Município. Prof.ª Sônia questiona, então, se os recursos do FUNDEB são para pagamento de pessoal e se o repasse do Estado é maior, porque existe uma discrepância salarial entre Município X Estado. É esclarecido que o FUNDEB preceitua que o mínimo de 60% (sessenta por cento) dos recursos seja utilizado para gastos com pessoal. O município aplica quase 80% (oitenta por cento) dos recursos em pessoal, gasto este que tem peso significativo nas despesas municipais. É necessário dizer, ainda, que em nenhum momento a Lei de Responsabilidade Fiscal é desrespeitada. Questionou-se sobre a questão do wireless (rede sem fio) que instalada pelo Estado em nossas unidades (escolas compartilhadas), não há a contrapartida do uso, pois as nossas escolas ficam com os custos de energia, mas sem poder usar a Internet, e também sobre a utilização de equipamentos municipais por parte do Estado, novamente as escolas compartilhadas, onde a Sr.ª Luciane cita o descaso do Estado na utilização destes espaços que muitas vezes acarreta danos, prejuízos e contratemplos para o município, mesmo estando, por contrato, estabelecida a contrapartida financeira por ambas as partes e que é desconsiderada por parte do Estado. É sugerido então, que se apresentem à Secretaria Estadual de Educação as questões levantadas por este Conselho para que se procurem soluções para as mesmas e se reforcem os direitos e deveres que devem permear as relações entre os órgãos públicos que tratam da Educação. No que diz respeito às questões

orçamentárias de nossas unidades escolares pode-se afirmar que o Sistema Descentralizado de Pagamento (SDP) foi e continua sendo um ganho excepcional, pois através deste sistema as escolas têm recursos para suprir suas necessidades mais imediatas sejam para aquisições de consumo e permanente, sejam para serviços. Prof.º Marcelo enfoca a questão dos prazos de garantias de produtos adquiridos por licitação que começam a valer quando da entrega dos mesmos nas Coordenadorias e não nas escolas. Prof.ª Luiza observa que os procedimentos administrativos de uma licitação envolvem seriedade e obediência a leis que a preceituam. Sr.º Jean Pierre questiona a razão dos formulários deste sistema serem tão complexos de preencher. Prof.ª Sonia esclarece que, para os diretores, muitas são as atribuições e demandas a serem cumpridas e nem sempre se consegue atender a tudo o que se é solicitado a tempo e hora, entretanto isto de forma alguma se configura em obstáculo para que se faça o melhor. Sr.º Igor Emanuel perguntou sobre a questão alimentar nas escolas. Prof.ª Luiza sugere que para esclarecer ou dirimir dúvidas sobre temas específicos sejam convidados os gerentes das áreas pertinentes. Por ora, apresentaram-se para concorrer a presidência deste Conselho o Prof.º Maurício Mendes Pinto (Representante dos Professores da Educação Básica da Rede Pública do Sistema Municipal de Ensino) e a Sr.ª Maria Hermínia Soares (Representante dos Servidores Técnico-Administrativos das Escolas da Rede Pública do Sistema Municipal de Ensino). Prof.ª Luiza agradece a presença de todos e especialmente do Sr.º Geraldo Mattos e confirma que a próxima reunião fica mantida para o dia 24 de novembro do ano em curso. E, por nada mais haver a declarar, eu, Rosana Costa, matrícula 10/116.148-8, lavro a presente ata, que será assinada por mim e pelos Conselheiros na folha de presença, em anexo.

Rio de Janeiro, 05 de novembro de 2009

Rosana Costa
Matrícula 10/116.148-8